

O NOVO ENSINO MÉDIO: TRANSFORMAÇÕES, DIREITOS E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Patrícia Oliveira Santana

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UnCatólica).
E-mail: 2021020127@unicatolicaquixada.edu.br

Lunara Farias Lima

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UnCatólica).
E-mail: lunarafarias@unicatolicaquixada.edu.br

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no Brasil passou por uma reforma significativa com a implementação da Lei nº 13.415/2017, conhecida como o “Novo Ensino Médio”. O objetivo dessa reforma foi tornar a etapa final da educação básica mais flexível, proporcionando maior protagonismo aos estudantes na escolha de suas áreas de interesse. No entanto, a reforma também gerou discussões sobre a equidade de acesso, a formação cidadã e o respeito aos direitos constitucionais dos alunos, especialmente à luz do antigo modelo de ensino, que era mais padronizado e homogêneo.

OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo discutir as diferenças entre o modelo tradicional do Ensino Médio e o Novo Ensino Médio, abordando seus pontos positivos e negativos. Além disso, busca-se analisar os direitos dos alunos garantidos pela Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à igualdade de oportunidades e à qualidade da

educação. A discussão também explora como o novo modelo impacta a formação integral dos estudantes.

METODOLOGIA

Para essa pesquisa, foram utilizados documentos legais, como a Lei nº 13.415/2017 e a Constituição Federal de 1988, além de uma revisão de artigos acadêmicos e publicações especializadas sobre o impacto do Novo Ensino Médio. Foi feita uma análise comparativa entre o funcionamento do antigo Ensino Médio e o novo modelo, destacando as mudanças curriculares e metodológicas implementadas após a reforma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ANTIGO ENSINO MÉDIO

O antigo Ensino Médio seguia uma estrutura curricular única para todos os estudantes, sem flexibilidade nas disciplinas. Ele era composto por um currículo fixo, com todas as matérias obrigatórias, incluindo Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Filosofia e Sociologia, entre outras. A carga horária era de 2.400 horas divididas em três anos, e não havia espaço para que os alunos escolhessem disciplinas ou áreas de maior interesse. Esse formato limitava as possibilidades de aprofundamento em áreas específicas e não oferecia formação técnica ou profissional integrada ao currículo (Brasil, 2017).

O NOVO ENSINO MÉDIO

Com o Novo Ensino Médio, o currículo foi dividido em duas partes: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que compreende conteúdos obrigatórios, e os itinerários formativos, que permitem aos alunos escolherem áreas de interesse específicas. Os itinerários incluem cinco grandes áreas: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Formação Técnica e Profissional (Brasil, 2017). A carga horária mínima também foi ampliada para 3.000 horas, distribuídas entre a BNCC (com 60% do total) e os itinerários formativos (40%).

PONTOS POSITIVOS

1. **Personalização da Aprendizagem:** O Novo Ensino Médio permite que os estudantes escolham itinerários formativos de acordo com seus interesses e projetos de vida. Isso pode aumentar o engajamento e a relevância da educação, uma vez que os alunos podem se aprofundar em áreas que consideram mais atrativas ou importantes para suas futuras carreiras (Brasil, 2017).
2. **Integração com o Mercado de Trabalho:** A inclusão de itinerários de formação técnica e profissional aproxima os alunos das demandas do mercado, oferecendo uma formação prática ainda durante o Ensino Médio, o que pode facilitar a inserção no mercado de trabalho logo após a conclusão dessa etapa (Brasil, 2017).

3. Aumento da Carga Horária: A ampliação da carga horária permite mais tempo para o desenvolvimento de atividades práticas e projetos interdisciplinares, o que pode contribuir para uma formação mais completa e menos fragmentada (https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Ensino_M%C3%A9dio).

PONTOS NEGATIVOS

1. Desigualdade na Implementação: Muitas escolas, especialmente nas áreas rurais e nas periferias urbanas, enfrentam dificuldades para implementar todos os itinerários formativos. A falta de infraestrutura e de professores qualificados para determinadas áreas pode restringir as opções dos alunos, criando desigualdades no acesso à formação diversificada (Brasil, 2017).
2. Redução do Tempo Dedicado à Formação Geral: Embora o Novo Ensino Médio ofereça flexibilidade, ele também reduziu o tempo destinado à formação geral, como Filosofia e Sociologia. Essas disciplinas, que promovem o pensamento crítico e a cidadania, podem ser marginalizadas em favor de uma formação mais voltada ao mercado de trabalho (Brasil, 2017).
3. Capacitação dos Professores: A implementação do novo modelo requer professores capacitados para lidar com novos conteúdos e metodologias de ensino. Contudo, muitos docentes relatam não ter recebido formação adequada para aplicar os itinerários formativos e integrar práticas pedagógicas inovadoras (Brasil, 2017).

DIREITOS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, garante o direito à educação como um dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A flexibilização do currículo no Novo Ensino Médio pode contribuir para esses objetivos, ao promover uma formação mais adequada às necessidades individuais e ao mercado. No entanto, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, prevista no artigo 206, é colocada em risco quando há desigualdades regionais na oferta de itinerários formativos. A falta de infraestrutura e a carência de recursos em muitas escolas públicas podem comprometer o direito constitucional de todos os alunos a uma educação de qualidade (Brasil, 2017).

CONCLUSÕES

O Novo Ensino Médio representa uma tentativa de modernizar o sistema educacional brasileiro, oferecendo maior flexibilidade e personalização aos alunos. No entanto, a reforma ainda enfrenta desafios, principalmente relacionados à equidade no acesso e à capacitação dos professores. Para que o novo modelo respeite plenamente os direitos constitucionais dos alunos, será necessário investir em infraestrutura, formação docente e garantir que todas as escolas, independentemente de sua localização, possam oferecer uma gama diversificada de itinerários formativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.415/2017. Disponível em:
[www.planalto.gov.br](<https://www.planalto.gov.br>). Acesso em 20 set. 2024.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:
[www.planalto.gov.br](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
Acesso em 20 set. 2024.

JusBrasil. Lei nº 13.415/2017 e a Reforma do Ensino Médio. Disponível em:
[www.jusbrasil.com.br](<https://www.jusbrasil.com.br>). Acesso em 20 set. 2024
[oai_citation:2,LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE
2017](<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/436752387/lei-13415-17>).

Wikipédia. Reforma do Ensino Médio no Brasil. Disponível em:
[pt.wikipedia.org](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reforma_do_Ensino_M%C3%A9dio_no_Brasil). Acesso em 20 set. 2024 [oai_citation:1,Novo Ensino Médio – Wikipédia, a
enciclopédia livre](https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Ensino_M%C3%A9dio).